

# SUMÁRIO

ESTRUTURA DA OBRA .....	7
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO .....	11
APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO .....	13
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO .....	15

## PARTE GERAL

### Capítulo I

#### DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal .....	53
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo .....	53
3. Política criminal .....	54
4. Criminologia .....	54
Síntese .....	55

### Capítulo II

#### EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal .....	57
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil .....	65
Síntese .....	66

### Capítulo III

#### PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância .....	67
2. Princípios de direito penal .....	67
2.1 Constitucionais explícitos .....	67
2.1.1 Legalidade (ou reserva legal) .....	67
2.1.2 Anterioridade .....	68
2.1.3 Retroatividade da lei penal benéfica .....	68
2.1.4 Personalidade ou da responsabilidade pessoal .....	68

2.1.5 Individualização da pena .....	69
2.1.6 Humanidade .....	69
2.2 Constitucionais implícitos .....	69
2.2.1 Intervenção mínima (subsidiariedade) .....	69
2.2.2 Fragmentariedade .....	71
2.2.3 Culpabilidade .....	71
2.2.4 Taxatividade .....	72
2.2.5 Proporcionalidade .....	72
2.2.6 Vedação da dupla punição pelo mesmo fato .....	73
• Pontos relevantes para debate:	
A dignidade da pessoa humana como princípio penal .....	73
A lesividade (ou ofensividade) como princípio de direito penal .....	74
Síntese .....	75

#### Capítulo IV FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1. Fontes do direito penal .....	77
1.1 Iniciativa de leis em matéria penal .....	79
1.2 Costume e fonte do direito penal .....	80
1.3 Plebiscito e referendo como fontes do direito penal .....	80
2. Interpretação e integração no direito penal .....	81
Síntese .....	83

#### Capítulo V LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1. Conceito de legalidade .....	85
1.1 Origem histórica .....	85
1.2 Legalidade e garantismo penal .....	86
1.3 Legalidade material e legalidade formal .....	86
2. Conceito de anterioridade .....	87
3. Extensão da palavra <i>crime</i> .....	87
4. Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança .....	87
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade .....	88
Síntese .....	91



#### Capítulo VI APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo .....	93
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito) .....	94

2.1	Confronto com a edição de lei penal benéfica ( <i>novatio legis in mellius</i> ) ...	94
2.2	Confronto com a edição de lei penal prejudicial ( <i>novatio legis in pejus</i> ) ...	95
3.	Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis .....	95
• Ponto relevante para debate:		
	A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu .....	96
4.	Competência para aplicação da lei penal benéfica .....	97
5.	Crime permanente e lei penal benéfica .....	99
6.	Crime continuado e lei penal benéfica .....	99
7.	Retroatividade da lei processual penal benéfica .....	100
8.	Leis intermitentes .....	101
8.1	Extensão e eficácia .....	101
• Ponto relevante para debate:		
	A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal .....	102
8.2	Normas penais em branco, legalidade e intermitência .....	103
	Síntese .....	106

## Capítulo VII

### TEMPO E LUGAR DO CRIME

1.	Teorias sobre o tempo do crime .....	111
2.	Alcance da teoria da atividade .....	111
3.	O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas .....	111
4.	Teorias sobre o lugar do crime .....	112
5.	Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP .....	112
6.	Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas .....	113
	Síntese .....	113

## Capítulo VIII

### APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1.	Territorialidade e extraterritorialidade .....	115
2.	Regras para a aplicação da lei penal no espaço .....	115
3.	Conceito de território e seus elementos .....	115
3.1	Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos .....	116
3.2	Espaço aéreo .....	116
3.3	Mar territorial brasileiro .....	116
4.	Território brasileiro por equiparação .....	117
4.1	Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves .....	118

4.2	A lei penal e a Convenção de Tóquio .....	118
5.	Crítérios para a extraterritorialidade .....	119
5.1	Crítica à extraterritorialidade incondicionada .....	119
5.2	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada .....	120
5.3	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada .....	121
5.4	Condições para a extraterritorialidade .....	122
6.	Extradicação .....	122
6.1	Espécies de extradição e fonte legislativa .....	123
6.2	Requisitos para a concessão .....	123
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal .....	126
8.	Outras exceções à regra da territorialidade .....	127
8.1	Tratados, convenções e regras de direito internacional .....	127
8.2	Imunidades diplomáticas .....	128
8.2.1	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade .....	129
8.2.2	Características das imunidades diplomáticas .....	129
8.3	Imunidades consulares .....	130
8.4	Imunidades parlamentares .....	131
8.4.1	Natureza jurídica da imunidade substantiva .....	132
8.4.2	Características da imunidade substantiva .....	133
8.4.3	Características da imunidade processual .....	135
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados .....	136
8.5.1	Deputados estaduais .....	136
8.5.2	Vereadores .....	136
8.5.3	Advogados .....	137
8.5.4	Prefeitos .....	138
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal .....	138
	Síntese .....	139

### Capítulo IX

#### EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional .....	141
2.	Hipóteses para a homologação .....	141
2.1	Reparação civil do dano causado à vítima .....	141
2.2	Aplicação de medida de segurança .....	142
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro .....	142
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação ...	142
	Síntese .....	143

Capítulo X  
CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1. Prazos penais e processuais penais .....	145
2. O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo .....	145
3. Frações não computáveis da pena .....	146
Síntese .....	146

Capítulo XI  
CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1. Conceito .....	149
2. Critério da sucessividade .....	150
3. Critério da especialidade .....	150
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva) .....	152
5. Critério da absorção (ou consunção) .....	152
6. Critério da alternatividade .....	153
Síntese .....	154

Capítulo XII  
CRIME

1. Conceito de crime .....	159
1.1 Conceito material .....	159
1.2 Conceito formal .....	160
1.3 Conceito analítico .....	160
2. Diferença entre crime e contravenção penal .....	164
3. Sujeitos e objetos do crime .....	165
3.1 Sujeito ativo .....	165
• Ponto relevante para debate:	
A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime .....	165
3.2 Sujeito passivo .....	167
3.3 Objeto do crime .....	168
4. Classificação dos crimes .....	168
4.1 Crimes comuns e próprios .....	169
4.2 Crimes instantâneos e permanentes .....	169
4.3 Crimes comissivos e omissivos .....	171
4.4 Crimes de atividade e de resultado .....	171
4.5 Crimes de dano e de perigo .....	172
4.6 Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos .....	172
4.7 Crimes progressivos e crimes complexos .....	173
4.8 Progressão criminosa .....	173

4.9 Crime habitual .....	174
4.10 Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	175
4.11 Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	175
4.12 Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas) .....	176
4.13 Crimes remetidos .....	176
4.14 Crimes condicionados .....	176
4.15 Crimes de atentado (ou de empreendimento) .....	176
Síntese .....	177

### Capítulo XIII TIPICIDADE

1. Apresentação .....	183
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura .....	184
2.1 Elementos do tipo penal incriminador .....	185
2.2 Classificação do tipo .....	186
3. Conceito de conduta penalmente relevante .....	191
• Ponto relevante para debate:	
A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais .....	196
4. Conceito de resultado .....	196
5. Conceito de nexo causal .....	197
5.1 Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva) .....	198
5.2 Causas independentes e relativamente independentes .....	205
5.2.1 Concausas e seus efeitos .....	206
5.3 Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios .....	212
5.3.1 Natureza jurídica da omissão própria .....	212
5.3.2 Significado da expressão <i>penalmente relevante</i> .....	213
5.3.3 Dever de agir .....	213
5.3.3.1 Dever de agir imposto por lei .....	213
5.3.3.2 Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado .....	214
5.3.3.3 Dever de agir por ter gerado o risco .....	214
6. Conceito de tipicidade e excludentes .....	214
6.1 Adequação social .....	215
6.2 Insignificância .....	217
Síntese .....	217

Capítulo XIV  
ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME:  
DOLO E CULPA

1. Conceito de dolo .....	219
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico .....	219
3. Características do dolo .....	220
4. Conceito de dolo direto .....	220
4.1 Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau .....	221
5. Conceito de dolo indireto ou eventual .....	221
• Ponto relevante para debate:	
A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito .....	222
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual .....	223
7. Outras classificações do dolo .....	223
8. Conceito de culpa .....	225
9. Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente .....	225
10. Elementos da culpa .....	225
11. Situações peculiares no campo da culpa .....	226
12. Espécies de culpa .....	228
12.1 Distinção entre imperícia e erro profissional .....	228
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual .....	229
Síntese .....	229

Capítulo XV  
CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1. Conceito .....	235
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso .....	235
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador .....	236
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado .....	237
Síntese .....	239

Capítulo XVI  
ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade) .....	241
2. Excludentes de ilicitude .....	241
3. Classificação das excludentes de ilicitude .....	242
4. Elemento subjetivo nas excludentes .....	243
5. Conceito de estado de necessidade .....	245
5.1 Espécies de estado de necessidade .....	245
5.2 Requisitos do estado de necessidade .....	246
5.2.1 Existência de perigo atual .....	246
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo .....	247

• Ponto relevante para debate:	
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo .....	247
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão .....	248
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro .....	249
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado .....	249
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo .....	249
5.3 Causa de diminuição de pena .....	250
6. Conceito e fundamento da legítima defesa .....	250
6.1 Elementos da legítima defesa .....	251
6.1.1 Injustiça da agressão .....	251
6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão .....	252
6.1.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiros .....	253
• Ponto relevante para debate:	
A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério .....	255
6.1.4 Utilização dos meios necessários para a reação .....	257
6.1.5 Moderação da reação .....	259
6.1.6 Proporcionalidade na legítima defesa .....	260
6.1.6.1 Ofendículos .....	260
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica dos ofendículos .....	260
6.2 Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa .....	263
6.2.1 Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude .....	263
6.2.2 Legítima defesa contra pessoa jurídica .....	263
6.2.3 Legítima defesa contra agressão de inimputáveis .....	263
6.2.4 Legítima defesa sucessiva .....	264
6.2.5 Legítima defesa contra multidão .....	264
6.2.6 Legítima defesa contra provocação .....	264
6.2.7 Legítima defesa nas relações familiares .....	265
7. Conceito de estrito cumprimento do dever legal .....	265
7.1 Situações de cumprimento de dever legal .....	266
8. Conceito de exercício regular de direito .....	267
8.1 Situações de exercício regular de direito .....	267
8.2 Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito .....	269
8.2.1 O estupro da esposa praticado pelo marido .....	269
8.2.2 O trote acadêmico ou militar .....	269
8.2.3 Os castigos dos pais e dos professores .....	269
8.2.4 As lesões praticadas no esporte .....	270
9. Consentimento do ofendido .....	270



• Ponto relevante para debate:

O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude .....	273
9.1 Requisitos da excludente do consentimento do ofendido .....	275
10. Os excessos no contexto das excludentes .....	277
10.1 Modalidades de excessos .....	277
Síntese .....	279

Capítulo XVII  
CULPABILIDADE

1. Conceito de culpabilidade .....	281
1.1 Culpabilidade formal e culpabilidade material .....	285
1.2 Conceito de co-culpabilidade .....	286
2. Excludentes de culpabilidade .....	287
2.1 Excludentes concernentes ao agente do fato .....	287
2.1.1 Imputabilidade penal .....	287
2.1.2 Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado ..	289
• Ponto relevante para debate:	
A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo</i> ) .....	291
2.1.2.1 Conceito de perturbação da saúde mental .....	292
2.1.3 Embriaguez decorrente de vício .....	293
2.1.4 Menoridade .....	293
• Ponto relevante para debate:	
O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos .....	295
2.2 Excludentes concernentes ao fato .....	295
2.2.1 Coação moral irresistível .....	295
• Ponto relevante para debate:	
A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas .....	297
2.2.2 Obediência hierárquica .....	297
2.2.3 Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior .....	298
2.2.3.1 Embriaguez voluntária ou culposa .....	299
2.2.3.2 A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	300
2.2.3.3 Caso fortuito ou força maior .....	302
2.2.3.4 Embriaguez incompleta fortuita .....	302
2.2.4 Erro de proibição escusável e discriminantes putativas .....	303
2.2.5 Inexigibilidade de conduta diversa .....	303
2.2.6 Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental ...	304
3. Emoção e paixão .....	304
3.1 Emoção .....	305

3.2 Paixão .....	306
Síntese .....	306

### Capítulo XVIII CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1. Crime consumado .....	309
2. Tentativa .....	309
2.1 Conceito de crime tentado .....	309
2.2 Natureza jurídica da tentativa .....	310
2.3 Teorias fundamentadoras da punição da tentativa .....	311
2.4 Dolo e culpa na tentativa .....	312
2.5 Conceito e divisão do <i>iter criminis</i> .....	312
• Ponto relevante para debate:	
Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime .....	314
2.6 Tentativa e dolo eventual .....	315
2.7 Tentativa e crime de ímpeto .....	319
2.8 Crimes que não admitem a tentativa .....	320
2.9 Critério para a diminuição da pena na tentativa .....	323
2.10 Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita .....	323
2.11 Diferença entre crime falho e tentativa falha .....	324
3. Desistência voluntária e arrependimento eficaz .....	324
3.1 Conceito de desistência voluntária .....	324
3.1.1 Desistência momentânea .....	325
3.1.2 O problema da execução retomada .....	325
3.2 Conceito de arrependimento eficaz .....	326
3.3 Natureza jurídica .....	327
3.4 Distinção entre voluntariedade e espontaneidade .....	328
3.5 Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa .....	329
4. Arrependimento posterior .....	329
4.1 Conceito .....	329
4.2 Natureza jurídica .....	329
4.3 Requisitos para a aplicação .....	329
• Ponto relevante para debate:	
A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior .....	332
4.4 Critérios para a diminuição da pena .....	333
4.5 Análise crítica da Súmula 554 do STF .....	333
4.6 Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas .....	334
5. Crime impossível .....	334

5.1	Conceito e natureza jurídica .....	334
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível .....	335
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo.....	335
5.4	Análise dos elementos do crime impossível .....	336
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível .....	337
• Ponto relevante para debate:		
	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível .....	337
	Síntese .....	338

### Capítulo XIX ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1.	Conceitos de erro e ignorância .....	343
2.	Conceito de erro de tipo .....	343
3.	Possibilidade de punição por crime culposos .....	344
4.	Erro escusável e erro inescusável .....	344
5.	Erro essencial e erro acidental .....	344
6.	Erro quanto à pessoa .....	344
7.	Erro determinado por terceiro .....	345
8.	Conceito de erro de proibição .....	345
9.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude .....	345
10.	Erro de proibição escusável e inescusável .....	346
11.	Diferença entre crime putativo e erro de proibição .....	347
12.	Conceito de discriminantes putativas .....	347
13.	Divisão das discriminantes putativas .....	347
14.	Natureza jurídica das discriminantes putativas .....	348
	Síntese .....	349

### Capítulo XX CONCURSO DE PESSOAS

1.	Conceito de concurso de pessoas .....	355
2.	Teorias do concurso de pessoas .....	355
3.	Distinção entre co-autoria e participação.....	356
4.	Crítérios quanto à punição do partícipe .....	357
5.	Concurso de agentes e crime plurissubjetivo .....	357
6.	As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984 .....	358
6.1	Punição do co-autor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade” .....	358
6.2	Participação de menor importância .....	359
6.3	Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta) ....	359
7.	Requisitos do concurso de agentes .....	360
8.	Autoria mediata .....	361

9. Autoria colateral .....	361
• Ponto relevante para debate:	
A co-autoria e a participação em crime culposo .....	362
10. Participação por omissão e conivência .....	363
11. Co-autoria em crime omissivo .....	363
• Ponto relevante para debate:	
A participação posterior à consumação do crime .....	364
12. Participação e cumplicidade .....	365
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias .....	366
• Ponto relevante para debate:	
A comunicação aos co-autores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo .....	366
13.1 Exceção quanto à elementar do crime .....	367
14. Casos de impunibilidade .....	369
Síntese .....	370

## Capítulo XXI TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena .....	371
2. Teorias extremadas da pena .....	372
3. Garantismo penal .....	374
• Pontos relevantes para debate:	
Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal .....	375
A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo .....	376
4. Cominação das penas .....	377
5. Princípios da pena .....	378
6. Espécies de penas .....	378
Síntese .....	378

## Capítulo XXII PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples .....	381
2. Regime progressivo de cumprimento da pena .....	382
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar .....	388
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura .....	388
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso .....	389
6. Imprescindibilidade do regime fechado .....	389
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena .....	390
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime .....	390

9. Regime fechado .....	392
• Ponto relevante para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção .....	393
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo .....	393
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado .....	394
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado .....	395
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado .....	396
9.4 Trabalho externo do condenado .....	397
10. Regime semi-aberto .....	397
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo .....	397
10.2 Situação do índio .....	398
11. Regime aberto .....	398
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso .....	399
12. Direitos do preso .....	399
12.1 Direito à visita íntima .....	399
12.2 Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio .....	399
12.3 Disposição constitucional de proteção ao preso .....	400
12.4 Direito do preso à execução provisória da pena .....	400
13. Trabalho do preso .....	402
13.1 Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório .....	402
13.2 Trabalho do preso e remição .....	403
13.2.1 Perda dos dias remidos e falta grave .....	403
13.2.2 Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório .....	404
• Ponto relevante para debate:	
O benefício da remição ao preso provisório .....	404
13.2.3 Remição pelo estudo .....	405
14. Superveniência de doença mental .....	405
15. Detração .....	406
15.1 Cômputo da prisão provisória na medida de segurança .....	406
15.2 Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração ..	407
15.3 Detração e pena de multa .....	407
15.4 Detração e determinação do regime inicial da pena .....	407
15.5 Detração e suspensão condicional da pena .....	407
Síntese .....	408

### Capítulo XXIII PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1. Conceito de penas restritivas de direitos .....	409
2. Natureza jurídica .....	409
3. Espécies de penas restritivas de direitos .....	410
4. Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos .....	411

• Ponto relevante para debate:	
A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados .....	412
5. Momentos para a conversão .....	414
6. Exigências para a conversão .....	415
7. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	416
8. Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos .....	418
8.1 Prestação pecuniária .....	418
• Ponto relevante para debate:	
A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas .....	420
8.2 Perda de bens ou valores .....	421
8.3 Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas .....	422
8.4 Interdição temporária de direitos .....	423
8.5 Limitação de fim de semana .....	424
Síntese .....	424

#### Capítulo XXIV PENA PECUNIÁRIA

1. Conceito e destinação da multa .....	425
2. Critérios para a fixação da pena de multa .....	426
• Ponto relevante para debate:	
O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa .....	427
3. O valor do dia-multa em salário mínimo .....	428
4. Atualização monetária da multa .....	428
5. Pagamento da multa .....	429
6. Multa como dívida de valor .....	430
• Ponto relevante para debate:	
A competência judiciária para a execução da pena pecuniária .....	430
7. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição .....	431
Síntese .....	431

#### Capítulo XXV APLICAÇÃO DA PENA

1. Conceito .....	433
• Ponto relevante para debate:	
As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário ...	433
2. Circunstâncias judiciais .....	434
3. Pena-base .....	434
4. Elementos do art. 59 do Código Penal .....	434
4.1 Culpabilidade .....	435
• Ponto relevante para debate:	
Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor .....	436
4.2 Antecedentes .....	440

• Ponto relevante para debate:	
O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i> .....	440
4.3 Conduta social .....	441
4.4 Personalidade .....	441
4.5 Motivos do crime .....	442
4.6 Circunstâncias do crime .....	442
4.7 Conseqüências do crime .....	444
4.8 Comportamento da vítima .....	444
5. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena .....	446
6. Substituição da pena privativa de liberdade .....	446
7. Agravantes e atenuantes .....	446
7.1 Agravantes .....	447
7.1.1 Motivo fútil .....	447
7.1.2 Motivo torpe .....	449
7.1.3 Motivação torpe específica .....	449
7.1.4 Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido .....	449
7.1.5 Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum .....	450
7.1.6 Relações familiares .....	451
7.1.7 Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher ...	451
7.1.8 Abuso de poder e violações de dever .....	452
7.1.9 Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida .....	452
7.1.10 Ofendido sob proteção da autoridade .....	454
7.1.11 Situação de desgraça particular ou calamidade pública .....	455
7.1.12 Embriaguez preordenada .....	455
7.1.13 Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa ...	455
7.1.13.1 Mentor ou dirigente da atividade criminosa .....	456
7.1.13.2 Coação ou indução ao crime .....	456
7.1.13.3 Instigação ou determinação para o delito .....	456
7.1.13.4 Criminoso mercenário .....	456
7.1.14 Reincidência .....	456
7.1.14.1 Conceito .....	456
7.1.14.2 Espécies de reincidência .....	457
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal .....	457
7.1.14.3 Efeitos da reincidência .....	458
7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior .....	459
7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios .....	459
7.1.14.6 Crime político .....	460
7.2 Atenuantes .....	461

7.2.1	Menoridade relativa .....	462
7.2.2	Senilidade .....	462
7.2.3	Desconhecimento da lei .....	463
7.2.4	Relevante valor social ou moral .....	464
7.2.5	Arrependimento .....	464
7.2.6	Coação resistível .....	465
7.2.7	Cumprimento de ordem superior .....	465
7.2.8	Violenta emoção .....	465
7.2.9	Confissão espontânea .....	466
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto .....	467
7.2.11	Atenuante inominada .....	468
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes .....	468
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas .....	468
8.	Cálculo da pena .....	470
8.1	Sistemas para a fixação da pena .....	470
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras .....	472
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais .....	473
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição .....	473
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições .....	473
	Síntese .....	474

## Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise .....	479
2.	Sistemas do concurso de crimes .....	479
2.1	Sistema da acumulação material .....	479
2.2	Sistema da exasperação da pena .....	480
2.3	Sistema da absorção .....	480
2.4	Sistema da acumulação jurídica .....	480
3.	Concurso material .....	481
3.1	Conceito .....	481
3.2	Crítérios para a aplicação da pena .....	481
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos .....	481
4.	Concurso formal .....	482
4.1	Conceito .....	482
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito .....	482
•	Ponto relevante para debate:	
	A amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i> .....	483
4.3	Concurso material favorável ou benéfico .....	484



4.4	Concorrência de concursos .....	484
5.	Crime continuado .....	485
5.1	Conceito .....	485
5.2	Natureza jurídica .....	486
5.3	Teorias do crime continuado .....	486
5.4	Crimes da mesma espécie .....	488
5.5	Condições de tempo .....	489
5.6	Condições de espaço .....	489
5.7	Formas de execução .....	490
5.8	Outras circunstâncias semelhantes .....	490
• Ponto relevante para debate:		
	O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional .....	491
5.9	Crítério de dosagem do aumento .....	491
5.10	Crime continuado e inimizabilidade .....	492
5.11	Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos .....	492
5.12	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas .....	492
5.13	Espécies de crime continuado .....	493
5.14	Diferença entre crime continuado e delito habitual .....	493
• Ponto relevante para debate:		
	A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes .....	494
6.	Concurso de infrações e execução da pena .....	494
	Síntese .....	494

Capítulo XXVII  
ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO  
DIVERSO DO PRETENDIDO

1.	Conceito de erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....	501
2.	Modalidades de erro na execução .....	501
3.	Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i> .....	503
4.	Conceito de resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i> ) .....	503
	Síntese .....	504

Capítulo XXVIII  
LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1.	Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento .....	505
2.	Unificação das penas em 30 anos .....	509
3.	Modo de unificação .....	509
	Síntese .....	510

Capítulo XXIX  
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos .....	511
2. Natureza jurídica .....	511
3. Requisitos para a sua concessão .....	512
4. Espécies de <i>sursis</i> .....	512
• Ponto relevante para debate:	
A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu .....	513
5. Pontos controversos .....	514
5.1 <i>Sursis</i> e indulto .....	514
5.2 Existência de processos em andamento .....	514
5.3 Réu ausente .....	514
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil .....	515
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário .....	516
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	517
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo .....	518
6. Período de prova e escolha das condições .....	518
7. Causas de revogação .....	520
7.1 Revogação obrigatória .....	520
7.2 Revogação facultativa .....	520
8. Prorrogação do período de prova .....	521
9. Finalização do <i>sursis</i> .....	522
Síntese .....	523

Capítulo XXX  
LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos .....	525
2. Natureza jurídica .....	526
3. Requisitos para a sua concessão .....	526
3.1 Objetivos .....	526
3.2 Subjetivos .....	527
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003 .....	528
4. Duração do livramento .....	529
5. Pontos polêmicos .....	529

5.1	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	529
5.2	Livramento condicional cautelar .....	530
5.3	Livramento condicional para estrangeiro .....	530
6.	Parecer do Conselho Penitenciário .....	531
7.	Soma das penas para efeito de livramento .....	531
8.	Condições do livramento condicional .....	531
8.1	Obrigatórias .....	531
8.2	Facultativas .....	532
9.	Revogação do livramento .....	532
9.1	Causas obrigatórias .....	532
9.2	Causas facultativas .....	532
9.3	Prévia oportunidade de defesa .....	533
9.4	Livramento insubsistente .....	533
10.	Efeitos da revogação .....	533
11.	Extinção da pena e prorrogação automática .....	533
	Síntese .....	534

### Capítulo XXXI EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1.	Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação .....	535
2.	Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória .....	536
3.	Efeitos genéricos .....	537
3.1	Tornar certa a obrigação de reparar o dano .....	537
3.2	Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita .....	537
4.	Efeitos específicos .....	539
4.1	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo .....	539
4.2	Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela .....	540
4.3	Inabilitação para dirigir veículo .....	541
	Síntese .....	542

### Capítulo XXXII REABILITAÇÃO

1.	Conceito .....	543
2.	Competência para a concessão de reabilitação .....	545
3.	Prazo e procedimento .....	545
4.	Indeferimento da reabilitação e recursos .....	546
5.	Reabilitação e reincidência .....	546
6.	Reabilitação <i>em porções</i> .....	546
	Síntese .....	547

Capítulo XXXIII  
MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito .....	549
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança .....	549
3. Espécies de medidas de segurança .....	550
4. Extinção de punibilidade .....	550
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança .....	551
6. Sentença de absolvição imprópria .....	552
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial .....	552
8. Duração da medida de segurança .....	553
9. Culpabilidade e periculosidade .....	553
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução .....	554
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena .....	554
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena .....	555
12. Detração e medida de segurança .....	556
13. Exame de cessação da periculosidade .....	557
14. Condições para a desinternação ou liberação .....	557
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável .....	559
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum .....	559
Síntese .....	559

Capítulo XXXIV  
AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal .....	561
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada .....	562
3. Critério de iniciativa da ação penal .....	562
4. Espécies de ação penal, quanto ao pólo ativo .....	563
5. Ação penal no crime complexo .....	564
Síntese .....	566

Capítulo XXXV  
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade .....	567
2. Causas gerais e específicas .....	568
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade .....	569
4. Momentos de ocorrência .....	569
5. Morte do agente .....	570

• Ponto relevante para debate:	
As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente .....	571
6. Anistia .....	572
7. Graça ou indulto individual .....	572
8. Indulto coletivo .....	574
9. <i>Abolitio criminis</i> .....	575
10. Decadência .....	575
11. Perempção .....	576
12. Renúncia e perdão .....	577
13. Retratação .....	578
14. Perdão judicial .....	579
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial .....	579
15. Prescrição .....	580
15.1 Conceito e teorias justificadoras .....	580
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição .....	582
• Ponto relevante para debate:	
A prescrição da medida de segurança .....	583
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública .....	583
• Ponto relevante para debate:	
A influência da detração no cálculo prescricional .....	584
15.4 Modalidades de prescrição .....	584
• Ponto relevante para debate:	
A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado ..	586
15.5 Termos iniciais da prescrição .....	589
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição .....	592
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP .....	593
15.7 Causas interruptivas da prescrição .....	593
• Ponto relevante para debate:	
A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado .....	596
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas .....	596
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes .....	597
17. Prescrição em leis especiais .....	599

18. Prescrição e perdão judicial .....	599
Síntese .....	599

## PARTE ESPECIAL

Introdução à Parte Especial .....	609
-----------------------------------	-----

### TÍTULO I

#### DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

##### Capítulo I

#### DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – <i>art. 121</i> .....	611
• Pontos relevantes para debate:	
A equiparação do vidro moído para matar a vítima a veneno .....	614
A existência de homicídio simples hediondo .....	616
A existência de homicídio qualificado-privilegiado .....	616
A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo .....	616
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – <i>art. 122</i> .....	617
• Ponto relevante para debate:	
O auxílio por omissão .....	619
A solução da situação denominada pacto de morte .....	619
Infanticídio – <i>art. 123</i> .....	619
• Ponto relevante para debate:	
O concurso de pessoas no infanticídio .....	622
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – <i>art. 124</i> .....	622
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – <i>art. 125</i> .....	623
Aborto provocado por terceiro com consentimento – <i>art. 126</i> .....	624
Formas qualificadas de aborto – <i>art. 127</i> .....	626
Excludentes de ilicitude – <i>art. 128</i> .....	626
• Pontos relevantes para debate:	
A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida .....	628
A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia .....	628
A autorização do aborto eugênico .....	629

##### Capítulo II

#### DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – <i>art. 129</i> .....	631
• Ponto relevante para debate:	
A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal .....	641

Capítulo III  
DA PERICLITAÇÃO DA VIDA E DA SAÚDE

Perigo de contágio venéreo – <i>art. 130</i> .....	643
Perigo de contágio de moléstia grave – <i>art. 131</i> .....	644
Perigo para a vida ou saúde de outrem – <i>art. 132</i> .....	646
Abandono de incapaz – <i>art. 133</i> .....	647
Exposição ou abandono de recém-nascido – <i>art. 134</i> .....	648
Omissão de socorro – <i>art. 135</i> .....	650
• Ponto relevante para debate:	
As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio .....	652
Maus-tratos – <i>art. 136</i> .....	652

Capítulo IV  
DA RIXA

Rixa – <i>art. 137</i> .....	655
------------------------------	-----

Capítulo V  
DOS CRIMES CONTRA A HONRA

Calúnia – <i>art. 138</i> .....	657
Difamação – <i>art. 139</i> .....	657
Injúria – <i>art. 140</i> .....	660
Disposições comuns – <i>arts. 141 a 145</i> .....	663

Capítulo VI  
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE INDIVIDUAL

Seção I

Dos crimes contra a liberdade pessoal

Constrangimento ilegal – <i>art. 146</i> .....	669
Ameaça – <i>art. 147</i> .....	671
Seqüestro e cárcere privado – <i>art. 148</i> .....	673
Redução a condição análoga à de escravo – <i>art. 149</i> .....	674

Seção II

Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

Violação de domicílio – <i>art. 150</i> .....	676
---	-----

Seção III

Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

Violação de correspondência – <i>art. 151</i> .....	680
• Ponto relevante para debate:	
A violação da correspondência dos cônjuges .....	682
Violação de correspondência comercial – <i>art. 152</i> .....	683

## Seção IV

## Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

Divulgação de segredo – <i>art. 153</i> .....	684
Violação do segredo profissional – <i>art. 154</i> .....	686

## TÍTULO II

## DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo I  
DO FURTO

Furto – <i>art. 155</i> .....	689
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da casa habitada no furto noturno .....	697
O furto de coisas de estimação .....	697
O furto de cadáver .....	698
O furto de coisas de ínfimo valor .....	698
O furto de uso como crime .....	698
A trombada como furto ou roubo .....	699
A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º) .....	699
Furto de coisa comum – <i>art. 156</i> .....	699

## Capítulo II

## DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – <i>art. 157</i> .....	702
• Pontos relevantes para debate:	
O roubo de uso .....	708
A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade .....	708
A existência da tentativa no roubo impróprio .....	709
O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento .....	709
Extorsão – <i>art. 158</i> .....	710
Extorsão mediante seqüestro – <i>art. 159</i> .....	714
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica .....	717
Extorsão indireta – <i>art. 160</i> .....	718

## Capítulo III

## DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – <i>art. 161, caput</i> .....	720
Usurpação de águas – <i>art. 161, § 1.º, I</i> .....	721
Esbulho possessório – <i>art. 161, § 1.º, II</i> .....	723
Supressão ou alteração de marca em animais – <i>art. 162</i> .....	723



Capítulo IV  
DO DANO

Dano – <i>art. 163</i> .....	725
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – <i>art. 164</i> .....	726
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – <i>art. 165</i> .....	727
Alteração de local especialmente protegido – <i>art. 166</i> .....	729
Ação penal – <i>art. 167</i> .....	730

Capítulo V  
DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – <i>art. 168</i> .....	731
Apropriação indébita previdenciária – <i>art. 168-A</i> .....	732
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – <i>art. 169</i> ..	734
Causa de diminuição de pena – <i>art. 170</i> .....	736

Capítulo VI  
DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – <i>art. 171</i> .....	737
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba, etc.) .....	739
O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral .....	739
O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade .....	739
O estelionato como delito permanente .....	740
A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal .....	740
A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia de pagamento .....	740
O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo ou serviço de prostituição ....	740
O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime .....	741
Duplicata simulada – <i>art. 172</i> .....	741
Abuso de incapazes – <i>art. 173</i> .....	742
Induzimento à especulação – <i>art. 174</i> .....	743
Fraude no comércio – <i>art. 175</i> .....	744
Outras fraudes – <i>art. 176</i> .....	746
• Ponto relevante para debate:	
A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no art. 176 .....	748
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – <i>art. 177</i> .	749
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – <i>art. 178</i> .....	751
Fraude à execução – <i>art. 179</i> .....	752

Capítulo VII  
DA RECEPÇÃO

Recepção – <i>art. 180</i> .....	754
----------------------------------	-----

Capítulo VIII  
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 181 a 183</i> .....	758
• Pontos relevantes para debate:	
O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição .....	760
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável....	761

TÍTULO III  
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I  
DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – <i>art. 184</i> .....	763
<i>Art. 185</i> (Revogado pela Lei 10.695/2003) .....	766
Ação penal – <i>art. 186</i> .....	766

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

<i>Arts. 187 a 191</i> (Revogados pela Lei 9.279/96).....	767
---	-----

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

<i>Arts. 192 a 195</i> (Revogados pela Lei 9.279/96).....	768
---	-----

Capítulo IV  
DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

<i>Art. 196</i> (Revogado pela Lei 9.279/96) .....	769
--	-----

TÍTULO IV  
DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Atentado contra a liberdade de trabalho – <i>art. 197</i> .....	771
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – <i>art. 198</i> ...	773
Atentado contra a liberdade de associação – <i>art. 199</i> .....	774
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – <i>art. 200</i> ..	775
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – <i>art. 201</i> .....	776
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – <i>art. 202</i> ..	777
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – <i>art. 203</i> .....	778
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – <i>art. 204</i> .....	780

Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – <i>art. 205</i> .....	781
Aliciamento para o fim de emigração – <i>art. 206</i> .....	782
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – <i>art. 207</i> ..	783

## TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO  
RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

## Capítulo I

## DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – <i>art. 208</i> .....	785
--	-----

## Capítulo II

## DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – <i>art. 209</i> .....	787
Violação de sepultura – <i>art. 210</i> .....	788
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – <i>art. 211</i> .....	789
Vilipêndio a cadáver – <i>art. 212</i> .....	790

## TÍTULO VI

## DOS CRIMES CONTRA OS COSTUMES

## Capítulo I

## DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – <i>art. 213</i> .....	793
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa .....	795
A análise do grau de resistência da mulher .....	795
Atentado violento ao pudor – <i>art. 214</i> .....	795
Posse sexual mediante fraude – <i>art. 215</i> .....	797
Atentado ao pudor mediante fraude – <i>art. 216</i> .....	798
Assédio sexual – <i>art. 216-A</i> .....	799
• Pontos relevantes para debate:	
A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a) .....	801
A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel .....	801
O afastamento do delito se há paixão do agente pela vítima .....	802

## Capítulo II

## DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES

<i>Art. 217</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005) .....	803
Corrupção de menores – <i>art. 218</i> .....	803

### Capítulo III DO RAPTO

<i>Arts. 219 a 222</i> (Revogados pela Lei 11.106/2005) .....	805
---	-----

### Capítulo IV DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 223 a 226</i> .....	806
---	-----

• Ponto relevante para debate:

A presunção de violência que envolve a pessoa menor de 14 anos: absoluta ou relativa .....	809
--	-----

### Capítulo V DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS

Mediação para servir a lascívia de outrem – <i>art. 227</i> .....	811
---	-----

Favorecimento da prostituição – <i>art. 228</i> .....	812
---	-----

Casa de prostituição – <i>art. 229</i> .....	815
--	-----

• Ponto relevante para debate:

A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive-in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade .....	816
--	-----

Rufianismo – <i>art. 230</i> .....	816
------------------------------------	-----

Tráfico internacional de pessoas – <i>art. 231</i> .....	818
--	-----

Tráfico interno de pessoas – <i>art. 231-A</i> .....	819
--	-----

### Capítulo VI DO ULTRAJE PÚBLICO AO PUDOR

Ato obsceno – <i>art. 233</i> .....	821
-------------------------------------	-----

• Ponto relevante para debate:

A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica ..	822
---	-----

Escrito ou objeto obsceno – <i>art. 234</i> .....	823
---	-----

### TÍTULO VII DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

#### Capítulo I DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – <i>art. 235</i> .....	825
---------------------------------	-----

Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – <i>art. 236</i> .....	827
---	-----

Conhecimento prévio de impedimento – <i>art. 237</i> .....	828
--	-----

Simulação de autoridade para celebração de casamento – <i>art. 238</i> .....	829
--	-----

Simulação de casamento – <i>art. 239</i> .....	830
--	-----

<i>Art. 240</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005) .....	831
---	-----

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – <i>art. 241</i> .....	832
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – <i>art. 242</i> .....	833
Sonegação de estado de filiação – <i>art. 243</i> .....	834

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – <i>art. 244</i> .....	836
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – <i>art. 245</i> .....	838
Abandono intelectual – <i>art. 246</i> .....	839
Abandono moral – <i>art. 247</i> .....	840

Capítulo IV  
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER,  
TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – <i>art. 248</i> .....	842
• Ponto relevante para debate: A necessidade de ser efetivada a fuga .....	843
Subtração de incapazes – <i>art. 249</i> .....	844

TÍTULO VIII  
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I  
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – <i>art. 250</i> .....	847
Explosão – <i>art. 251</i> .....	850
Uso de gás tóxico ou asfixiante – <i>art. 252</i> .....	851
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – <i>art. 253</i> .....	853
Inundação – <i>art. 254</i> .....	854
Perigo de inundação – <i>art. 255</i> .....	855
Desabamento ou desmoronamento – <i>art. 256</i> .....	856
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – <i>art. 257</i> .....	857
Formas qualificadas de crime de perigo comum – <i>art. 258</i> .....	859
Difusão de doença ou praga – <i>art. 259</i> .....	859

Capítulo II  
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE  
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – <i>art. 260</i> .....	861
--	-----

Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – <i>art. 261</i> .....	863
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – <i>art. 262</i> .....	864
Forma qualificada – <i>art. 263</i> .....	866
Arremesso de projétil – <i>art. 264</i> .....	866
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – <i>art. 265</i> .....	867
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico – <i>art. 266</i> .....	869

### Capítulo III

#### DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – <i>art. 267</i> .....	871
Infração de medida sanitária preventiva – <i>art. 268</i> .....	872
Omissão de notificação de doença – <i>art. 269</i> .....	873
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – <i>art. 270</i> .	874
Corrupção ou poluição de água potável – <i>art. 271</i> .....	875
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – <i>art. 272</i> .....	876
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais – <i>art. 273</i> .....	878
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – <i>art. 274</i> .....	881
Involúcro ou recipiente com falsa indicação – <i>art. 275</i> .....	882
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – <i>art. 276</i> .....	883
Substância destinada à falsificação – <i>art. 277</i> .....	884
Outras substâncias nocivas à saúde pública – <i>art. 278</i> .....	885
Substância avariada – <i>art. 279</i> (Revogado pela Lei 8.137/90) .....	886
Medicamento em desacordo com receita médica – <i>art. 280</i> .....	887
Comércio clandestino ou facilitação de uso – <i>Art. 281</i> (Revogado pela Lei 6.368/76) .....	888
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – <i>art. 282</i> .....	888
Charlatanismo – <i>art. 283</i> .....	889
Curandeirismo – <i>art. 284</i> .....	890
Forma qualificada – <i>art. 285</i> .....	892

### TÍTULO IX

#### DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – <i>art. 286</i> .....	893
Apologia de crime ou criminoso – <i>art. 287</i> .....	894
Quadrilha ou bando – <i>art. 288</i> .....	895
• Pontos relevantes para debate:	
A tipificação do delito de quadrilha ou bando na hipótese de crime continuado ....	898
A possibilidade de concurso de pessoas .....	898

O concurso do crime de quadrilha com outro delito qualificado pela mesma circunstância.....	899
---	-----

TÍTULO X  
DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I  
DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – <i>art. 289</i> .....	901
Crimes assimilados ao de moeda falsa – <i>art. 290</i> .....	903
Petrechos para falsificação de moeda – <i>art. 291</i> .....	904
Emissão de título ao portador sem permissão legal – <i>art. 292</i> .....	906

Capítulo II  
DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – <i>art. 293</i> .....	908
Petrechos de falsificação – <i>art. 294</i> .....	911
Causa de aumento de pena – <i>art. 295</i> .....	912

Capítulo III  
DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – <i>art. 296</i> .....	913
Falsificação de documento público – <i>art. 297</i> .....	915
Falsificação de documento particular – <i>art. 298</i> .....	917
Falsidade ideológica – <i>art. 299</i> .....	919
• Pontos relevantes para debate:	
As diferenças entre falsidade material e ideológica .....	921
A possibilidade de haver falsificação em folha de papel em branco .....	921
Falso reconhecimento de firma ou letra – <i>art. 300</i> .....	922
Certidão ou atestado ideologicamente falso – <i>art. 301</i> .....	923
• Ponto relevante para debate:	
A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente .....	925
Falsidade de atestado médico – <i>art. 302</i> .....	925
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – <i>art. 303</i> .....	926
Uso de documento falso – <i>art. 304</i> .....	928
• Pontos relevantes para debate:	
A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento .....	929
O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do documento .	929
Supressão de documento – <i>art. 305</i> .....	930

Capítulo IV  
DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação de sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – <i>art. 306</i> .....	932
Falsa identidade – <i>art. 307</i> .....	933
• Ponto relevante para debate:	
O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva .....	935
Falsa identidade – <i>art. 308</i> .....	935
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 309</i> .....	937
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 310</i> .....	938
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – <i>art. 311</i> .....	939

TÍTULO XI  
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I  
DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO  
PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – <i>art. 312</i> .....	943
• Ponto relevante para debate:	
O peculato de uso e o crime previsto no art. 312 .....	946
Peculato mediante erro de outrem – <i>art. 313</i> .....	947
Inserção de dados falsos em sistema de informações – <i>art. 313-A</i> .....	949
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – <i>art. 313-B</i> .....	951
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 314</i> .....	952
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – <i>art. 315</i> .....	954
Concussão – <i>art. 316</i> .....	955
• Ponto relevante para debate:	
O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão .....	957
Corrupção passiva – <i>art. 317</i> .....	957
Facilitação de contrabando ou descaminho – <i>art. 318</i> .....	960
Prevaricação – <i>art. 319</i> .....	961
Condescendência criminosa – <i>art. 320</i> .....	962
Advocacia administrativa – <i>art. 321</i> .....	964
Violência arbitrária – <i>art. 322</i> .....	965
Abandono de função – <i>art. 323</i> .....	967
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – <i>art. 324</i> .....	968
Violação de sigilo funcional – <i>art. 325</i> .....	970
Violação do sigilo de proposta de concorrência – <i>art. 326</i> (Revogado tacitamente pelo art. 94 da Lei 8.666/93) .....	972



Funcionário público – <i>art. 327</i> .....	972
• Pontos relevantes para debate:	
O conceito de entidade paraestatal .....	973
A possibilidade do conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime .....	974

Capítulo II  
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR  
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – <i>art. 328</i> .....	975
Resistência – <i>art. 329</i> .....	976
• Ponto relevante para debate:	
O concurso entre os crimes de resistência e roubo .....	978
Desobediência – <i>art. 330</i> .....	979
• Ponto relevante para debate:	
O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário .....	982
Desacato – <i>art. 331</i> .....	983
Tráfico de influência – <i>art. 332</i> .....	985
Corrupção ativa – <i>art. 333</i> .....	987
Contrabando ou descaminho – <i>art. 334</i> .....	988
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – <i>art. 335</i> .....	991
Inutilização de edital ou de sinal – <i>art. 336</i> .....	991
Subtração ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 337</i> .....	993
Sonegação de contribuição previdenciária – <i>art. 337-A</i> .....	994

Capítulo II-A  
DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR  
CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – <i>art. 337-B</i> .....	997
Tráfico de influência em transação comercial internacional – <i>art. 337-C</i> .....	998
Funcionário público estrangeiro – <i>art. 337-D</i> .....	1000

Capítulo III  
DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – <i>art. 338</i> .....	1002
Denúnciação caluniosa – <i>art. 339</i> .....	1003
• Ponto relevante para debate:	
A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa ...	1006
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – <i>art. 340</i> .....	1006
Auto-acusação falsa – <i>art. 341</i> .....	1008

• Ponto relevante para debate:	
A questão do réu ter o amplo direito de mentir para se defender .....	1009
Falso testemunho ou falsa perícia – <i>art. 342</i> .....	1009
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade .....	1011
O concurso de pessoas no crime de falso .....	1014
Suborno – <i>art. 343</i> .....	1015
Coação no curso do processo – <i>art. 344</i> .....	1016
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 345</i> .....	1018
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 346</i> .....	1019
Fraude processual – <i>art. 347</i> .....	1020
Favorecimento pessoal – <i>art. 348</i> .....	1022
Favorecimento real – <i>art. 349</i> .....	1024
Exercício arbitrário ou abuso de poder – <i>art. 350</i> .....	1025
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – <i>art. 351</i> .....	1026
Evasão mediante violência contra pessoa – <i>art. 352</i> .....	1027
Arrebatamento de preso – <i>art. 353</i> .....	1028
Motim de presos – <i>art. 354</i> .....	1029
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – <i>art. 355</i> .....	1031
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – <i>art. 356</i> .....	1032
Exploração de prestígio – <i>art. 357</i> .....	1033
Violência ou fraude em arrematação judicial – <i>art. 358</i> .....	1035
Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – <i>art. 359</i> .....	1036

#### Capítulo IV

#### DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – <i>art. 359-A</i> .....	1038
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – <i>art. 359-B</i> .....	1040
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-C</i> .....	1041
Ordenação de despesa não autorizada – <i>art. 359-D</i> .....	1043
Prestação de garantia graciosa – <i>art. 359-E</i> .....	1044
Não cancelamento de restos a pagar – <i>art. 359-F</i> .....	1046
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-G</i> .....	1047
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – <i>art. 359-H</i> .....	1049
BIBLIOGRAFIA .....	1051